SUMÁRIO

PREFÁCIO XI

APRESENTAÇÃO
Desembargador Federal PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA LIMA ... XVII

TEMA I

A DENÚNCIA ESPONTÂNEA DE INFRAÇÃO SEGUIDA DO PAGAMENTO PARCELADO DO TRIBUTO

1 O INSTITUTO TRIBUTÁRIO
DA CHAMADA DENÚNCIA ESPONTÂNEA 23

2 A FUNÇÃO E OS EFEITOS JURÍDICOS
DA DENÚNCIA ESPONTÂNEA DE INFRAÇÃO 29

3 A DENÚNCIA ESPONTÂNEA
SEGUIDA DO PAGAMENTO À VISTA DO TRIBUTO 34

4 A EXCEÇÃO OU FAVOR LEGAL
DO PARCELAMENTO TRIBUTÁRIO 39
4.1 O Utilitarismo Fiscal 42
4.2 As Principais Vantagens Fiscais
no Parcelamento Tributário 44
4.3 As Principais Desvantagens
Imputadas ao Parcelamento Tributário 46

5 O PARCELAMENTO NÃO ELIMINA
A EFICÁCIA DA DENÚNCIA ESPONTÂNEA 47

BIBLIOGRAFIA 50

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

TEMA II

O CONTROLE DE LEGALIDADE DO LANÇAMENTO E A INSCRIÇÃO DO CRÉDITO EM DÍVIDA ATIVA

1 INTRODUÇÃO E BREVE REPASSE HISTÓRICO DA ANTIGA QUESTÃO DO CONTROLE DO PODER 55

2 A ATIVIDADE DE CONSTITUIÇÃO E A DE INSCRIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO 62

3 O CONTEÚDO DO ATO DE INSCRIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO NA DÍVIDA ATIVA 67

4 AS FUNÇÕES DO ATO DE INSCRIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO NA DÍVIDA ATIVA 75

5 A PROTEÇÃO DOS DIREITOS INDIVIDUAIS E O CONTROLE DE LEGALIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO 79

BIBLIOGRAFIA 87

TEMA III

A CONSTRICÇÃO PATRIMONIAL ELETRÔNICA E OS DIREITOS DO EXECUTADO NA EXECUÇÃO FISCAL

1 INTRODUÇÃO 91

2 A GARANTIA CONSTITUCIONAL DO JUSTO PROCESSO 93

3 O JUSTO PROCESSO NA EXECUÇÃO FISCAL 95

4 OS DIREITOS DO DEVEDOR NA EXECUÇÃO FISCAL 99

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

4.1 O Direito Subjetivo
à Execução Menos Gravosa 99
4.2 O Direito à Continuidade Regular
do Exercício de Atividade Econômica 107
4.3 O Direito à Defesa Direta
[Argüição de Inexecutividade] 111
4.4 O Direito do Executado
ao Sigilo Bancário 117
4.5 O Direito à Constricção
Patrimonial Proporcional 122

BIBLIOGRAFIA 124

TEMA IV

A SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DE TRIBUTO MEDIANTE A PRESTAÇÃO CAUTELAR DE CAUÇÃO REAL

1 INTRODUÇÃO 129

2 A SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DE TRIBUTO
NAS HIPÓTESES TRADICIONAIS PREVISTAS NO CTN 131

3 AS TUTELAS DE URGÊNCIA
NA LIDE TRIBUTÁRIA COMUM 139

4 A CAUÇÃO REAL CAUTELAR PREVENTIVA
NA LIDE TRIBUTÁRIA COMUM OU ORDINÁRIA 148

5 A DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO
E A PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO REAL PREVENTIVA 158

BIBLIOGRAFIA 162

BIBLIOGRAFIA GERAL 165

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br